

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012580-57.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **LINK COMUNICAÇÃO S/C LTDA ME**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que firmou acordo com a ré para quitação de um débito pendente.

Alegou ainda que foi ajustado o pagamento do débito em dez parcelas sendo que o pagamento da fatura com vencimento para o dia 25/09/16, foi devidamente quitada no dia 26/09/16, tendo em vista que o dia 25/09/16 foi um Domingo.

Ressalvou que em razão disso a ré deu o acordo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

por inadimplindo passando lhe dirigir incessantes cobranças.

Requer a autora, portanto, a retomada do acordo, sendo que para quitação do mesmo restam quatro parcelas, e a inibição das cobranças a esse propósito.

Dos documentos amealhados pela autora, merece destaque o de fl. 04.

Dele se extrai que a questão ora trazida à colação realmente consistiu na formalização da proposta de acordo consistente em parcelamento do débito em 10 pagamentos de R\$145,67.

A proposta foi aceita pela autora, fixando-se o prazo para quitação.

Já na contestação que apresentou ela se limitou a invocar a inexistência de qualquer irregularidade nas cobranças, bem como que não houve a negativação do nome da autora.

Todavia, não se manifestou específica e concretamente sobre as alegações da autora, não se pronunciou sobre o acordo firmado entre as partes, e deixou de comprovar o seu cumprimento em relação a emissão das faturas do acordo.

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A ré neste feito não opôs obstáculo consistente aos argumentos da autora e muito menos ofereceu justificativa para não ter cumprido as obrigações que espontaneamente contraiu quando a matéria foi debatida em outra esfera.

Sua condenação nos termos da postulação formulada é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a emitir os boletos/faturas das parcelas (quatro sucessivos no valor mensal cada um de R\$ 145,67) para quitação da dívida aludida a fl. 01, com prazo mínimo de trinta dias de antecedência em relação à data do pagamento da primeira delas, bem como para que a ré se abstenha de efetuar ligação aa autora para cobrança da dívida indicada a fl. 01.

Torno definitiva a decisão de fls. 14/156, item 1.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer ora imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 28 de março de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**